

CORREIO ECONÔMICO

POR MARCELLO SIGWALT



Menor crédito 'turbina' retomada de alta de aluguéis

FGV: aluguéis residenciais voltam a subir firme em abril

Os aluguéis residenciais subiram 0,79% em abril, após terem recuado 0,31% em março. Os dados são do Índice de Variação de Aluguéis Residenciais (IVAR), divulgado nesta quarta-feira (7) pelo Ibre da Fundação Getúlio Vargas.

O índice acumulou uma alta de 5,92% nos 12 meses encerrados em abril, ante um avanço de 6,55% nos 12 meses terminados em

março.

“Os preços dos aluguéis residenciais continuam a subir em 12 meses diante da atual conjuntura econômica de restrição de crédito com a manutenção das taxas de juros elevadas, causando baixa na procura de imóveis financiados, que pressionam a demanda por aluguéis”, avaliou o economista Mathheus Dias, do Ibre/FGV, em nota oficial.

IVAR

O IVAR foi criado para medir a evolução mensal dos valores de aluguéis residenciais do mercado de imóveis no Brasil, com informações obtidas diretamente de contratos assinados entre locadores e locatários sob intermediação de empresas administradoras de imóveis.

Reversão

Quanto aos resultados das quatro capitais que integram o índice da FGV, o aluguel residencial em São Paulo passou de uma queda de 0,29% em março para um aumento de 3,60% em abril. No Rio de Janeiro, o índice saiu de alta de 5,18% para redução de 1,43% no período;

José Cruz - Agência Brasil



Mineração aumenta participação na balança comercial

Setor de mineração pesa mais na balança comercial

No primeiro trimestre de 2025, a diferença entre exportações e importações de minérios (saldo de US\$ 7,68 bilhões) foi equivalente a 77% do saldo da balança comercial brasileira (US\$ 9,98 bilhões). Em todo o ano de 2024, essa parcela havia sido de 47%

Segundo o Instituto Brasileiro de Mineração

(Ibram), a influência positiva na balança comercial ocorre mesmo diante de um decréscimo de 13% nas exportações de minérios, em dólar, no primeiro trimestre de 2025, ante o mesmo período de 2024. A queda decorre da variação dos preços externos de minério de ferro, carro-chefe das exportações do setor.

Faturamento

Mesmo assim, no primeiro trimestre de 2025, o setor faturou R\$ 73,8 bilhões, o que representa 8,6% de aumento em relação ao mesmo período de 2024 (R\$ 68 bilhões), com o minério de ferro, 53% desse valor, com R\$ 38,8 bilhões, recuo de 12% na comparação trimestral anual.

Etanol

O etanol mostrou-se mais competitivo em relação à gasolina em seis Estados na semana de 27 de abril a 3 de maio. Na média dos postos pesquisados no País, o etanol tinha paridade de 68,57% ante a gasolina no período, segundo levantamento realizado pela ANP.

Demanda global

Segundo o diretor-presidente do Ibram, Raul Jungmann, as perspectivas de expansão da mineração no Brasil são positivas, pela demanda global por minérios críticos para a transição energética, descarbonização, desenvolvimento de novas tecnologias, defesa.

Paridade

Executivos observam que o etanol pode ser competitivo, mesmo com paridade maior do que 70%. O etanol é mais competitivo que a gasolina: Acre (69,82%); Mato Grosso (66,40%); Mato Grosso do Sul (65,73%); Minas Gerais (69,68%); Paraná (68,13%) e São Paulo (66,67%).

Copom-BC eleva Selic de 14,25% para 14,75% ao ano

Alta de 0,5 ponto percentual não garante fim de 'aperto' monetário

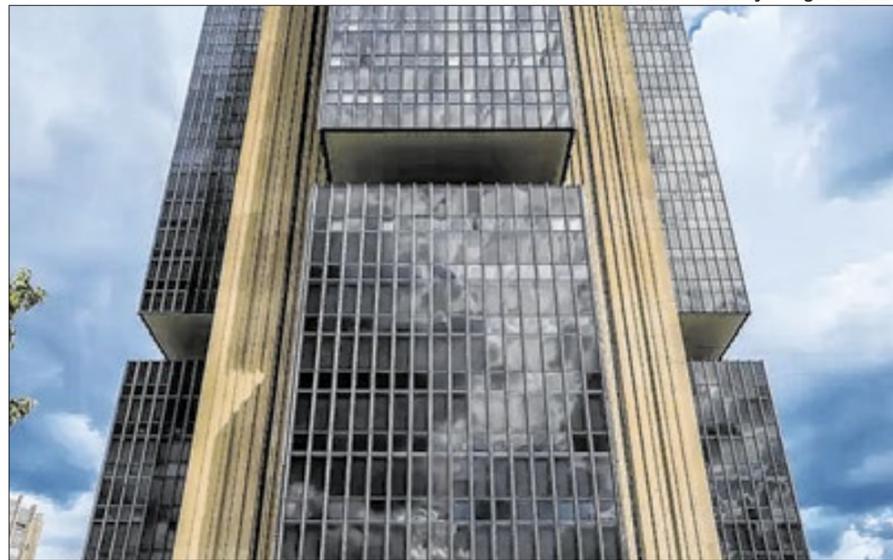
Rafa Neddermeyer - Agência Brasil

Por Marcello Sigwalt

Como amplamente precipitado e projetado pelo mercado nos últimos dias, o Copom-BC (Comitê de Política Monetária do Banco Central) confirmou a elevação, de 14,25% para 14,75% ao ano da Selic (taxa básica de juros), acréscimo de meio ponto percentual que 'quebra' o ciclo de reajustes de um ponto percentual, anteriores, mas guinda o Brasil ao nada invejável posto de terceira maior taxa real de juros do mundo.

Entretanto, a leitura atenta do comunicado do colegiado permite antever que o aperto monetário pode estar longe de seu término.

“Para a próxima reunião, o cenário de elevada incerteza, aliado ao estágio avançado do ciclo de ajuste e seus impactos acumulados ainda por serem observados, demanda cautela adicional na atuação da política monetária e flexibilidade para incorporar os dados que impactem a dinâmica de inflação”. Aqui, a palavra-chave é ‘flexibilidade’, o que significa dizer que



Aumento da taxa básica é maior que o recuo do IPCA, projetado pelo mercado financeiro

a autoridade monetária não se furará em dar nova ‘puxada’ nos juros, caso o cenário assim recomende, na sua avaliação.

Como argumento a essa perspectiva, o comitê atesta que “em relação ao cenário doméstico, o conjunto dos indicadores de atividade econômica e do mercado de trabalho ainda tem apresentado dinamismo, mas observa-se uma

incipiente moderação no crescimento. Nas divulgações mais recentes, a inflação cheia e as medidas subjacentes mantiveram-se acima da meta para a inflação”.

Sobre os fatores que poderão influenciar no avanço do IPCA e das expectativas de inflação, o Copom aponta: a desancoragem das expectativas de inflação por período

mais prolongado; maior resiliência na inflação de serviços do que a projetada devido ao hiato do produto mais positivo e a conjunção de políticas econômicas externa e interna que tenham impacto inflacionário maior que o esperado, em decorrência de uma taxa de câmbio persistentemente mais depreciada.

Produção industrial registra alta de 1,2%

A produção industrial brasileira cresceu 1,2% na passagem de fevereiro para março, após registrar 0,0% em fevereiro e 0,1% em janeiro de 2025. Este é o maior crescimento desde junho de 2024 (4,3%). Em relação a março de 2024, a indústria teve crescimento de 3,1% na sua produção, décimo resultado positivo seguido e o mais intenso desde outubro de 2024 (6,0%). No ano, acumula alta de 1,9% e, em 12 meses,

expansão de 3,1%. Com esses resultados, a indústria se encontra 2,8% acima do nível pré-pandemia (fevereiro de 2020) e 14,4% aquém do ponto mais alto da série histórica, obtido em maio de 2011. Os dados são da Pesquisa Industrial Mensal (PIM - Brasil), divulgada hoje (7) pelo IBGE.

“O mês de março se caracterizou por um maior dinamismo após 5 meses de menor intensidade (os 3 últimos meses de

2024, com resultados negativos e perda acumulada de 1,0%, mais os dois primeiros meses de 2025, quando o setor industrial ficou praticamente estável). O maior ritmo verificado em março de 2025 foi caracterizado não só pela maior intensidade do resultado (4,3%), mas também pelo perfil disseminado (3 das 4 grandes categorias econômicas e 16 das 25 atividades subiram de produção)”, explica André Macedo, gerente da PIM Brasil.

De fevereiro para março, três das quatro grandes categorias econômicas e 16 dos 25 ramos industriais tiveram alta na produção. As principais influências positivas vieram de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (3,4%), indústrias extrativas (2,8%), produtos farmacêuticos e farmacêuticos (13,7%) e veículos automotores, reboques e carrocerias (4,0%).

Endividamento familiar sobe pela 3ª vez

Fecomercio-PE

O endividamento das famílias em abril avançou pelo terceiro mês consecutivo, para 77,6% – ainda abaixo do resultado do ano passado, quando atingiu 78,5% -, porém o maior porcentual desde agosto de 2024, informou a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), divulgada nesta quarta-feira, 7, pela Confederação Nacional do Comércio (CNC).

Apesar desse aumento, o mês de abril continuou apresentando melhora da percepção do endividamento, com a queda do porcentual de pessoas que se consideram “muito endividadas”, indo para 15,4%, contra 16% no mês anterior.

A diferença foi principalmente para os “pouco endividados”, resultado favorável para o mês, com aumento da categoria de 30,4% em março para 32,4% em abril.

“Importante considerar que



Maior endividamento foi seguido pela alta da inadimplência

essa é uma percepção individual das famílias, captada pela pesquisa, ou seja, representa o que cada consumidor considera muito ou pouco em termos de endividamento”, explicou a CNC.

Ao contrário do que ocorreu em março, em abril, o maior

endividamento foi acompanhado por uma alta do porcentual de inadimplência, que atingiu 29,1%, mesmo nível encontrado em janeiro deste ano e superior ao de abril de 2024. Acompanhando esse movimento, o porcentual de famílias que não terão condições de pagar as dí-

vidas em atraso interrompeu sua tendência de queda de três meses e avançou para 12,4%, também acima do resultado de abril de 2024.

“Além de terem menos condições de pagar as contas atrasadas, os consumidores estão ficando mais tempo com suas dívidas atrasadas. O porcentual de famílias inadimplentes por mais de 90 dias também interrompeu a tendência de redução, permanecendo em 47,6%, enquanto o aumento ocorreu principalmente no período entre 30 e 90 dias”, informou a confederação.

Outro quesito preocupante este mês, segundo a CNC, foi a redução dos prazos para arcar com as contas. Tanto que o porcentual de famílias comprometidas com dívidas por mais de um ano continuou em queda pelo quarto mês, alcançando 33,4%, o menor porcentual desde junho de 2024 (32,8%).

ANS 'estuda' reajustes extras de planos

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) discute um conjunto de medidas regulatórias que pode, entre outros pontos, permitir reajustes extras em planos individuais, superando o teto fixado pela própria agência.

Uma nova proposta foi apresentada no fim de abril, após as primeiras sugestões de mudança na norma, divulgadas no ano passado, serem submetidas a uma consulta pública.

Para especialistas em defesa do consumidor, as alterações feitas na proposta inicial beneficiam o setor privado em detrimento dos usuários.

“Essas mudanças pontuais sugeridas pela agência se alinham muito mais a interesses do mercado e a pleitos que as operadoras vêm apresentando ao longo dos anos do que às regras do Código de Defesa do Consumidor”, critica Marina Paullelli, advogada do pro-

grama de Saúde do Instituto de Defesa de Consumidores (Idec).

Representante das maiores operadoras de planos de saúde do País, a Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde) classificou as mudanças como uma “minirreforma regulatória” e defendeu maior debate (leia mais abaixo).

A ANS submeteu a proposta à área jurídica e, posteriormente, voltará a analisar o

texto na diretoria colegiada.

A agência afirmou que a proposta está acompanhando o fluxo dos processos e que não há um prazo determinado para cumprimento das etapas.

Nesta quarta-feira (7), a Comissão de Assuntos Sociais do Senado realizará uma audiência pública para debater recentes decisões da agência e discutir eventuais impactos sobre os usuários de planos de saúde.